



Número: **0800203-26.2018.8.15.0091**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única de Taperoá**

Última distribuição : **01/05/2018**

Valor da causa: **R\$ 10.125,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
INACIO FONSECA DE ARAUJO (AUTOR)		MARCELO DANTAS LOPES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
13980505	01/05/2018 22:47	Petição Inicial	Petição Inicial
13980507	01/05/2018 22:47	PETIÇÃO INICIAL	Outros Documentos
13980515	01/05/2018 22:47	PROCURAÇÃO, DOCS PESSOAIS E COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA-Illovepdf-compressed (4)	Procuração
13980517	01/05/2018 22:47	OUTROS DOCUMENTOS (BO, REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO E CARTA DE CONCESSÃO	Outros Documentos
18198986	06/12/2018 13:02	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
25913355	05/11/2019 10:17	Despacho	Despacho
30443745	06/05/2020 19:25	Certidão	Certidão
30469257	07/05/2020 17:28	Sentença	Sentença

PETIÇÃO INICIAL EM ANEXO - FORMATO PDF





EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ TITULAR DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA
COMARCA DE ALAGOA NOVA – PB

“URGENTE”

JUSTIÇA GRATUITA - Gratuidade Processual - Art. 4º da Lei nº 1060/50

PROCEDIMENTO COMUM

COBRANÇA DA DIFERENÇA DO SEGURO DPVAT

INÁCIO FONSECA DE ARAÚJO, brasileiro, casado, agricultor, portador do CPF sob nº 996142354-20, residente e domiciliado na Rua Padre Ananias de Farias, 195, São José, Taperoá/PB, CEP 58680 000, email: dlclientestap@gmail.com, pelo o instrumento procuratório em anexo (**DOC. 1**), por intermédio de seu procurador e advogado “*in fine*” assinado, com escritório profissional situado na Rua Manoel de Farias Castro, nº 121, Centro, Taperoá-PB, onde receberá as eventuais intimações e notificações de estilo, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência com supedâneo legal na Lei nº 6.194/74, propor a presente:

AÇÃO DE COBRANÇA DA DIFERENÇA DO SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT

pelo o PROCEDIMENTO COMUM em face da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09248608000104 podendo ser citada na Rua Senador Dantas, Nº 74, 5º andar – Centro, Cep: 20031205 – Rio de Janeiro (RJ), arrimado nos argumentos de fato e de direito a seguir expostos:

Escritório Sede - Campina Grande - Av. Floriano Peixoto, Nº 53 - sala 307, Edifícios Dão Silveira
centro - Fone: (83) 3343-4101 – **Escritório Filial Taperoá** - Rua Manoel Farias Castro, Nº 121, Centro – Fone: 88939848

Dr. Marcelo Dantas Lopes
Advogado OAB/PB 18446





I – Da Concessão da Justiça Gratuita

A concessão da justiça gratuita tendo-se em vista que o promovente não possui condições de arcar com as despesas processuais, sem que lhe cause prejuízos ao seu respectivo sustento e a sua respectiva família, com fundamento no artigo 4º da lei nº 1.060/50 e do artigo 1º da lei nº 7.115/1983, como atesta a declaração de hipossuficiência econômica acostada na peça vestibular (DOC.2)

Ademais, o fato de ingressar em Juízo sob o patrocínio de advogado não integrante dos quadros da Defensoria Pública, nenhuma influência tem na concessão do benefício pleiteado, conforme entendimento da sumula 29 do TJPB, que assim preceitua:

“Não está à parte obrigada, para gozar dos benefícios da Assistência Judiciária, a recorrer aos serviços da Defensoria Pública”.

É o requerido!

II – Da Causa de Pedir Remota

O Autor ora promovente foi vítima de acidente de trânsito no dia 15/02/2016 na cidade de Taperoá/PB, SOFRENDO DIVERSAS LESÕES principalmente nos dedos da mão direita, na tíbia direita e no joelho direito, conforme Boletim de Ocorrência em anexo (DOC. 2).

Desse sinistro, restaram lesões preocupantes no Autor, tais como: fratura do membro inferior direito, bem como comprometimento na flexão da perna direita (joelho), fratura dos dedos da mão direita, resultando em redução funcional, PODENDO SER DETECTADA TAL DEBILIDADE ATRAVÉS DE UMA SIMPLES VISÃO MACROSCÓPICA.

Assim, o promovente preocupado com a redução funcional visível procurou o ortopedista, para se submeter a um laudo pericial. Desta feita, o mesmo emitiu o laudo pericial ortopédico que constatou FRATURAS NÃO CONSOLIDADAS NA TÍBIA DIREITA E NOS DEDOS DA MÃO DIREITA, REDUÇÃO FUNCIONAL NAS MENCIONADAS ESTRUTURAS, REDUÇÃO ARTICULAR DO JOELHO E COMPROMETIMENTO DAS FUNÇÕES EXERCIDAS PELO O MEMBRO ATINGIDO, conforme laudo pericial em anexo (DOC. 3).

Ciente de seu direito ingressou com o pedido administrativo com toda a documentação exigida para obter o seguro DPVAT como o Boletim de Ocorrência (BO), o Prontuário Médico e o laudo pericial, tendo sido reconhecido em parte, recebendo apenas o valor de R\$ 3.375,00 (Três Mil Trezentos Setenta e Cinco Reais), conforme demonstrativo de pagamento da Seguradora Líder em anexo datado em 30/04/2018 (DOC.4).

O autor promovente desconhecedor do direito de pleitear o complemento indenizatório na via judicial anexará no requerimento administrativo toda a documentação como o Boletim de Ocorrência (BO), o Prontuário Médico e o laudo pericial.

Escritório Sede - Campina Grande - Av. Floriano Peixoto, Nº 53 - sala 307, Edifícios Dão Silveira
centro - Fone: (83) 3343-4101 - Escritório Filial Taperoá - Rua Manoel Farias Castro, Nº 121, Centro - Fone: 88939848

Dr. Marcelo Dantas Lopes
Assinado eletronicamente
12446





esquecendo o mesmo de realizar as devidas xerocópias, pois achará que não teria direito a diferença na indenização do seguro DPVAT.

Ademais, a promovida já reconhecerá em parte o direito do promovente, contudo o mesmo possui o direito subjetivo de pleitear o complemento da indenização do seguro DPVAT.

O promovente clama por **JUSTIÇA!**

Destarte, o valor recebido é inferior ao que a parte autora tem direito, tendo em vista, que a redução funcional do membro supramencionado corresponde ao um valor bem superior conforme tabela DPVAT, restando assim, o complemento do seguro obrigatório DPVAT.

É a síntese fática necessária

III – Da Causa de Pedir Próxima

I – Do seguro DPVAT e o direito de cobrança do acidentado

O próprio nome do **Seguro DPVAT** é esclarecedor: Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre. Isso significa que o DPVAT é um seguro que indeniza vítimas de acidentes causados por veículos que têm motor próprio (automotores) e circulam por terra ou por asfalto.

Reza Art. 5, da lei 6.194/74:

“O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia da responsabilidade do segurado. §1º”.

Entende-se por **INVALIDEZ PERMANENTE TOTAL OU PARCIAL** a perda ou redução, em caráter definitivo em decorrência de acidente provocado por veículo.

O Seguro DPVAT foi criado no ano de 1974 pela Lei Federal nº 6.194/74, modificada pelas Leis 8.441/92, 11.482/07 e 11.945/09, que determina que qualquer vítima de acidente envolvendo veículo, inclusive motoristas e passageiros, ou seus beneficiários podem requerer a indenização do DPVAT.

Frisa-se que o pagamento independe da apuração de culpados.

Escritório Sede - Campina Grande - Av. Floriano Peixoto, Nº 53 - sala 307, Edifícios Dão Silveira
centro - Fone: (83) 3343-4101 - Escritório Filial Taperoá - Rua Manoel Farias Castro, Nº 121, Centro - Fone: 88939848

Dr. Marcelo Dantas Lopes
Advogado
OAB PB 18446





Em conformidade com o art. 3º da lei nº. 6.194/74, os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar, vejamos o que nos diz este artigo com sua alínea:

“Art. 2º – Fica acrescida ao artigo 20, do Decreto-Lei nº. 73, de 21 de novembro de 1966, a alínea “I” nestes termos:

Art. 20, I – Danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas não transportadas ou não.

Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vítima:

I – R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de morte;

II - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de invalidez permanente;

Apenas a título ilustrativo, cabe aludir que se considera invalidez a perda ou redução da funcionalidade de um membro ou órgão. Essa perda ou redução é indenizada pelo Seguro DPVAT quando resulta de um acidente causado por veículo é permanente, ou seja, quando a recuperação ou reabilitação da área afetada é dada como inviável.

Destarte, a invalidez é considerada permanente quando a funcionalidade do órgão ou membro é afetada integralmente ou em parte.

Nesta esteira, mister ressaltar que o STJ editou a súmula 278, e, estabeleceu como marco inicial a data em que o acidentado tomou conhecimento inequívoco de sua incapacidade para o trabalho. Assim, resta claro que o requerente deve ser indenizado pelo seguro, como medida de direito.

O pagamento do referido seguro deverá ser efetuado por qualquer seguradora privada integrante do consórcio instituído pela resolução 1/75 do CNSP. Vejamos o seguinte julgado:

EMENTA: FACULDADE DE ESCOLHA DA SEGURADORA FINALIDADE DO VEICULO. IRRELEVANCIA. Qualquer seguradora responde pelo pagamento da indenização do seguro obrigatório, pouco importando a condição do veículo e a finalidade a que se destina, defeso torna-se a imposição de limites por Resolução. (Acórdão nº 2.115/01, proferido nos autos do Recurso nº 926/01, publicado do DJ-MA em 06/07/01).

Ademais, conforme estabelece o art. 7º da Lei 6.194/74, a responsabilidade pelo pagamento do seguro obrigatório é de qualquer das seguradoras integrantes do consórcio nacional do Seguro Obrigatório DPVAT, destarte, a jurisprudência já firmou entendimento neste sentido:

“SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. Consórcio. Legitimidade de qualquer seguradora que opera no sistema. De acordo com a legislação em vigor, que instituiu sistema elogiável e satisfatório para o interesse de todas as partes envolvidas,

Escritório Sede - Campina Grande - Av. Floriano Peixoto, Nº 53 - sala 307, Edifícios Dão Silveira
centro - Fone: (83) 3343-4101 - Escritório Filial Taperoá - Rua Manoel Farias Castro, Nº 121, Centro - Fone: 88939848

Dr. Marcelo Dantas Lopes
Advogado - OAB/PA 12446





qualquer seguradora que opera no sistema pode ser acionada para pagar o valor da indenização, assegurado seu direito de regresso. Precedente. Recurso conhecido e provido.” (REsp 401.418/MG; Recurso Especial 2001/0194323-0; Relator ministro Ruy Rosado de Aguiar – Quarta Turma – Data do Julgamento 23.04.2002 – Data da Publicação/Fonte DJ 10.06.2002, p. 220)”

A parte autora, através de seu procurador, munira-se de todos os documentos exigidos pela legislação supramencionada, tais como laudo médico dos danos físicos que o acometem e o registro de ocorrência no órgão policial competente, estritamente de acordo com o art. 5º, conforme segue:

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou segurado.

Assim, instruído de todos os documentos hábeis à sua pretensão, têm o requerente direito à indenização. Dessa forma, o Autor busca junto aos braços do Poder Judiciário o reconhecimento de sua justa indenização.

DOS PEDIDOS IMEDIATOS E MEDIATOS

1. Do pedido imediato:

a) Requer seja recebida esta inicial, bem como seja processada a presente demanda até final decisão jurisdicional procedente de mérito, haja vista a presença das condições da ação e dos pressupostos processuais, bem como dos requisitos dos artigos 319 e 320 do NCPC. Ademais, requer ainda que seja aplicado *in totum* a lei n. 6.194/74 - Seguro DPVAT.

2. Dos pedidos mediatos:

Diante dos fatos articulados e fundamentados no direito, pela privacidade vilipendiada e moral espancada, é que se requer o seguinte:

a) Preliminarmente a concessão da justiça gratuita tendo-se em vista que o promovente não possuir condições de arcar com as despesas processuais, sem que lhe cause prejuízos ao seu respectivo sustento e a sua respectiva família, com fundamento no artigo 4º da lei nº 1.060/50, conforme declaração em anexo (DOC.2).

b) A procedência da presente demanda para o fim de condenar a requerida, ao pagamento do **complemento da indenização do seguro DPVAT**, de acordo com o percentual apurado em perícia médica que será submetido o autor com fundamento no artigo 3º, alínea “b” das leis 6.194/74, 11.945/09 c/c com o artigo 186 do Código Civil Pátrio.

c) A citação da requerida, no endereço declinado no preâmbulo para conhecer dos termos da presente, e o processamento desta inicial, sob pena de revelia, em conformidade com o artigo 319 do Novo Código de Processo Civil.

d) O julgamento antecipado da lide com fundamento no artigo 330 do Código de Processo Civil, visto que, as provas são meramente documentais.

Escritório Sede - Campina Grande - Av. Floriano Peixoto, Nº 53 - sala 307, Edifícios Dão Silveira
centro - Fone: (83) 3343-4101 - Escritório Filial Taperoá - Rua Manoel Farias Castro, Nº 121, Centro - Fone: 88939848

Dr. Marcelo Dantas Lopes
Advogado
OAB/PA 12419





- e) Que o valor da condenação seja devidamente corrigido acrescido de juros e correção monetária retroativa a data do sinistro, tudo em conformidade com a súmula 54 do STJ.
- f) Que seja a requerida condenada ao pagamento das custas processuais e os honorários advocatícios em 20% sobre o valor da condenação.
- g) Que seja todas as publicações, intimações, notificações e quaisquer outros atos de intercâmbio processual deste juízo sejam realizados na pessoa dos advogados que esta subscreve, sob pena de possível nulidade.
- h) **Que não seja marcada audiência preliminar haja vista que a promovida declina pelo acordo após a sentença proferida nos autos.**
- i) Por fim, requer a juntada de todos os documentos acostados na exordial.

Protesta provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos, especialmente nas provas documentais, requerendo que o autor seja submetido ao **EXAME PERICIAL** por um médico **ORTOPEDISTA** no Hospital Alcides Carneiro (HU) na cidade de Campina Grande-PB.

Dá-se à causa o valor de R\$ 10.125,00 (Dez Mil Cento e Vinte e Cinco Reais) para meros efeitos fiscais.

Nestes Precisos Termos, Pede e Confia no Deferimento.

Taperoá – PB, 23 de Abril de 2018.

MARCELO DANTAS LOPES

Advogado OAB/PB 18446



Pelo presente instrumento particular de mandato por mim abaixo assinado,
OUTORGANTE: INACIO FONSECA DE ARAUJO, brasileiro,
CASADO, AGRICULTOR, RESIDENTE E DOMICILIADO
na Rua Manoel de Farias de Castro, nº 121, Centro,
Taperoá-PB, constituo e nomeio os procuradores:

OUTORGADO: MARCELO DANTAS LOPES, brasileiro, casado, advogado regularmente inscrito na OAB - 2PB sob o n.º s com no escritório profissional situado na com escritório profissional situado na Rua Manoel de Farias de Castro, n.º 121, Centro, Taperoá-PB, eletrônico: marcelodladv@gmail.com

OBJETO: representar o (s) Outorgante (s), promovendo a defesa dos seus direitos e interesses, podendo, para tanto, propor quaisquer ações, medidas incidentais, acompanhar os processos administrativos e/ou judiciais em qualquer Juízo, Instância, Tribunal, ou Repartição Pública.

PODERES: Por este instrumento particular de procuração, constituo meus bastantes procuradores os outorgados, concedendo-lhe os poderes inerentes da cláusula *ad juditia et extra*, para o foro em geral, especialmente para propor Ajuizar Ação de Cobrança do Seguro DPVAT podendo, portanto, promover quaisquer medidas judiciais ou administrativas, assinar termo, oferecer defesa, direta ou indireta, interpor recursos, ajuizar ações e conduzir os respectivos processos, solicitar, providenciar e ter acesso a documentos de qualquer natureza, sendo o presente instrumento de mandato oneroso e contratual podendo substabelecer este a outrem, com ou sem reserva de poderes, dando tudo por bom e valioso, a fim de praticar todos os demais atos necessários ao fiel desempenho deste mandato.

PODERES ESPECÍFICOS: A presente procuração outorga à Advogadas acima descritas, os poderes especiais para receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, firmar compromissos ou acordos, receber valores, dar e receber quitação, receber e dar quitação, levantar ou receber RPV e ALVARÁS, pedir a justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica, em conformidade com a norma do art.105 da Lei 13.105/2015.

CONTRATO DE HONORÁRIOS: Neste instrumento lido e firmado, entre os contratantes, o outorgante compromete-se a pagar aos outorgados o percentual 25% a título de honorários advocatícios calculados sobre o valor da condenação (liquidação de sentença ou acordo firmado entre as partes), independente de sucumbência, podendo o juiz a requerimento dos advogados, reter os honorários para o cumprimento deste instrumento, expedido, assim, os RPV's separadamente, um em nome do autor e outro em nome dos patronos.

Taperoá, 28 de Abril de 2018

Inacio Fonseca de Araujo
OUTORGANTE



30/04/2018

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

BRASIL
([HTTP://BRASIL.GOV.BR](http://BRASIL.GOV.BR))

Serviços Barra GovBr



Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: **996.142.354-20**

Nome: **INACIO FONSECA DE ARAUJO**

Data de Nascimento: **25/01/1964**

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: **16/06/1993**

Digito Verificador: **00**

Comprovante emitido às: **10:06:52** do dia **30/04/2018** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **E2E9.D56F.344C.A933**



Este documento não substitui o "Comprovante de Inscrição no CPF"
(/Aplicacoes/SSL/ATCTA/CPF/ImpressaoComprovante/ConsultaImpressao.asp).

(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)

www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/SSL/ATCTA/CPF/ConsultaSituacao/ConsultaPublicaExibir.asp

1/2



Assinado eletronicamente por: MARCELO DANTAS LOPES - 01/05/2018 22:47:21
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18050122460314600000013650205>
Número do documento: 18050122460314600000013650205

Num. 13980515 - Pág. 2



Tribunal de Justiça da Paraíba
Processo Judicial Eletrônico - 1º Grau
Comprovante de protocolo

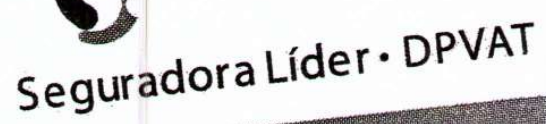
Processo

Nº do processo: **0800200-71.2018.8.15.0091**
Argão julgador: **Vara Única de Taperoá**
Jurisdição: **Taperoá - Fórum de Taperoá**
Classe: **PROCEDIMENTO COMUM (7)**
Assunto principal: **BANCÁRIOS**
Valor da causa: **R\$ 10.000,00**
Prioridades: **Idoso(a)**
Partes: **IVONETE FRANCISCA DE FARIAS (031.566.824-54)**
BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A. (33.885.724/0001-19)

Audiência

Documentos do processo	Tipo	Tamanho (KB)
Petição Inicial	Petição Inicial	0,21
PETIÇÃO INICIAL.pdf	Outros Documentos	755,25
PROCURAÇÃO, DOCS PESSOAIS, COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA E	Procuração	356,30





INACIO FONSECA DE ARAUJO
RUA PADRE ANANIAS DE FARIAS, 195
SAO JOSE
CEP 58680000 - TAPEROA - PB



JS556221718BR

aliba + www.dpvtsegguodotransito.com.br

Para obter a indenização do Seguro DPVAT é simples: basta juntar os documentos necessários e entregá-los em uma seguradora consorciada, que, após constatar a sua regularidade, os encaminhara à Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

Ates de tudo, lembre-se: para dar entrada no pedido de indenização ou acompanhar o andamento do processo, não é preciso envolver intermediários. Se você é o principal interessado e indenização, cuide dela você mesmo.

VAT-Como Requerer

dora Líder • DPVAT



Entre em contato conosco
SAC DPVAT 0800 022 12 04
www.seguradoralider.com.br

DEVOLUÇÃO

Seguradora Líder - DPVAT

CAIXA POSTAL 40.970
CEP: 20.270-971
www.seguradoralider.com.br

Para uso dos correios

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Não existe o n° indicado |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Ausente | |
| <input type="checkbox"/> Não procurado | Data ____/____/____ |

Responsável pela informação

- ☐ Morador
☐ Síndico
☐ Porteiro

Entregador

INACIO FONSECA DE ARAUJO
RUA PADRE ANANIAS DE FARIAS, 195
SÃO JOSÉ
CEP 58680000 - TAPERÓIA - PB

Administradora do Seguro DPVAT

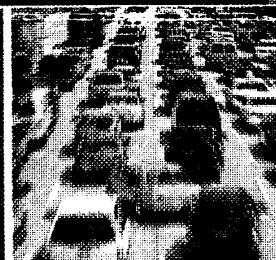
LÍDER
Seguradora



Seguro DPVAT – Proteção para todos

O Seguro DPVAT (Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre ou por sua Carga a Pessoas Transportadas ou Não) foi criado em 1974, para amparar as vítimas de acidentes com veículos em todo o território nacional, não importando de quem seja a culpa. Como se vê, trata-se de um seguro eminentemente social.

saiba +
www.seguradoralider.com.br



Seguradora
LÍDER
Administradora do Seguro DPVAT







GOVERNO
DA PARAÍBA

ESTADO DA PARAÍBA
POLÍCIA MILITAR



BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº

Nº CIOP/COPOM:

UOp/SUOp	Data da Ocorrência 15 / 02 / 2016	Hora 17 h 25 min	Endereço da Ocorrência (Rua, Bairro, Cidade e Nº) Rod. PB 238 - KM 31,0 - Zona Rural - Taperoá/PB
Ponto de Referência Entrada do Assentamento Fazenda Panati			
Natureza da Ocorrência Acidente de Trânsito (Abaloamento Moto x Moto)			Código da Ocorrência
Comandante da Guarnição (Nome, Posto/Grad. e Matrícula)		Prefixo da Viatura	
Motorista (Nome, Grad. e Matrícula)	Patrimônio 01 (Nome, Grad. e Matrícula)	Patrimônio 02 (Nome, Grad. e Matrícula)	
Nome Completo do Solicitante		Número(s) do(s) Telefone(s) do Solicitante(s)	
Endereço Completo do Solicitante (Rua, Nº, Bairro, Cidade e UF)			

Acusado(s)

Nome Completo	Data de Nascimento (d/m/a)
Nome Completo da Genitora	Nº RG/Órgão Expedidor
Endereço Completo (Rua, Nº, Bairro, Cidade e UF)	Nº CPF
Ponto de Referência	Nº CNH
Profissão Declarada	
Informações Biométricas	
Cor da Pele: Altura Estimada: Cor dos Cabelos: Cor dos Olhos:	Compleição Física () Normal () Magro () Gordo
Marcas(s) Característica(s) (Assinalar)	Alcunha
() Tatuagem () Cicatriz () Sinal de Nascimento () Outros	
(Descrever Marcas Características)	
Nome Completo	Data de Nascimento (d/m/a)
Nome Completo da Genitora	Nº RG/Órgão Expedidor
Endereço Completo (Rua, Nº, Bairro, Cidade e UF)	Nº CPF
Ponto de Referência	Nº CNH
Profissão Declarada	
Informações Biométricas	
Cor da Pele: Altura Estimada: Cor dos Cabelos: Cor dos Olhos:	Compleição Física () Normal () Magro () Gordo
Marcas(s) Característica(s) (Assinalar)	Alcunha
() Tatuagem () Cicatriz () Sinal de Nascimento () Outros	
(Descrever Marcas Características)	

Vítima(s)

Nome Completo INACIO FONSECA DE ARAUJO	Data de Nascimento (d/m/a) 25 / 01 / 1964
Nome Completo da Genitora Maria da Silva Fonseca	Nº RG/Órgão Expedidor 281.181.081 - SSP/SP
Endereço Completo (Rua, Nº, Bairro, Cidade e UF) Assentamento sem Terra - Fazenda Panati - Zona Rural - Taperoá/PB	Nº CPF 996.142.354-20
Ponto de Referência Antes do Hotel Pedra do Reino	Nº CNH 040.180.788-26
Nome Completo	Profissão Declarada Agricultor
Nome Completo da Genitora	Data de Nascimento (d/m/a)
Endereço Completo (Rua, Nº, Bairro, Cidade e UF)	Nº RG/Órgão Expedidor
Ponto de Referência	Nº CPF
	Nº CNH
	Profissão Declarada

Testemunhas(s)

Nome Completo	Data de Nascimento (d/m/a)
Número(s) do(s) Telefone(s) da Testemunha(s)	Nº RG/Órgão Expedidor
Endereço Completo (Rua, Nº, Bairro, Cidade e UF)	Nº CPF
Ponto de Referência	Nº CNH
Profissão Declarada	
Nome Completo	Data de Nascimento (d/m/a)
Número(s) do(s) Telefone(s) da Testemunha(s)	Nº RG/Órgão Expedidor
Endereço Completo (Rua, Nº, Bairro, Cidade e UF)	Nº CPF
Ponto de Referência	Nº CNH
Profissão Declarada	



Declaração do Proprietário do Veículo

Eu, JANIO PEREIRA DE JESUS,
RG nº 3.551.226, data de expedição 15/07/2013
Órgão SSP/PB, portador do CPF nº 015.893.434/25, com
domicílio na cidade de JUAZEIRINHO, no Estado de
PARAIBA, onde resido na (Rua/Avenida/Estrada)
SITIO CAIANA - ZONA RURAL, nº SIN,
complemento _____, declaro, sob as penas da Lei, que o veículo abaixo
mencionado é(era) de minha propriedade na data do acidente ocorrido com a
vítima INACIO FONSECA DE ARAUJO, cujo o condutor era
INACIO FONSECA DE ARAUJO.

Veículo: MOTOCICLETA
Modelo: HONDA/CG - 150 FAN
Ano: 2011
Placa: MOT 7342
Chassi: 9C2KC1660DR501358
Data do Acidente: 15/02/2016
Local e Data: JUAZEIRINHO - PB, 07/JUNHO/2016

Jânio Pereira de Jesus
Assinatura do Declarante

Assinatura do Condutor (caso seja um terceiro que não a vítima reclamante do sinistro)

Reconheço a Firma de Jânio Pereira de Jesus, por autenticidade.

Declaro (FEB) _____ da verdade dos fatos
ocorridos em 07 de Junho de 2016.

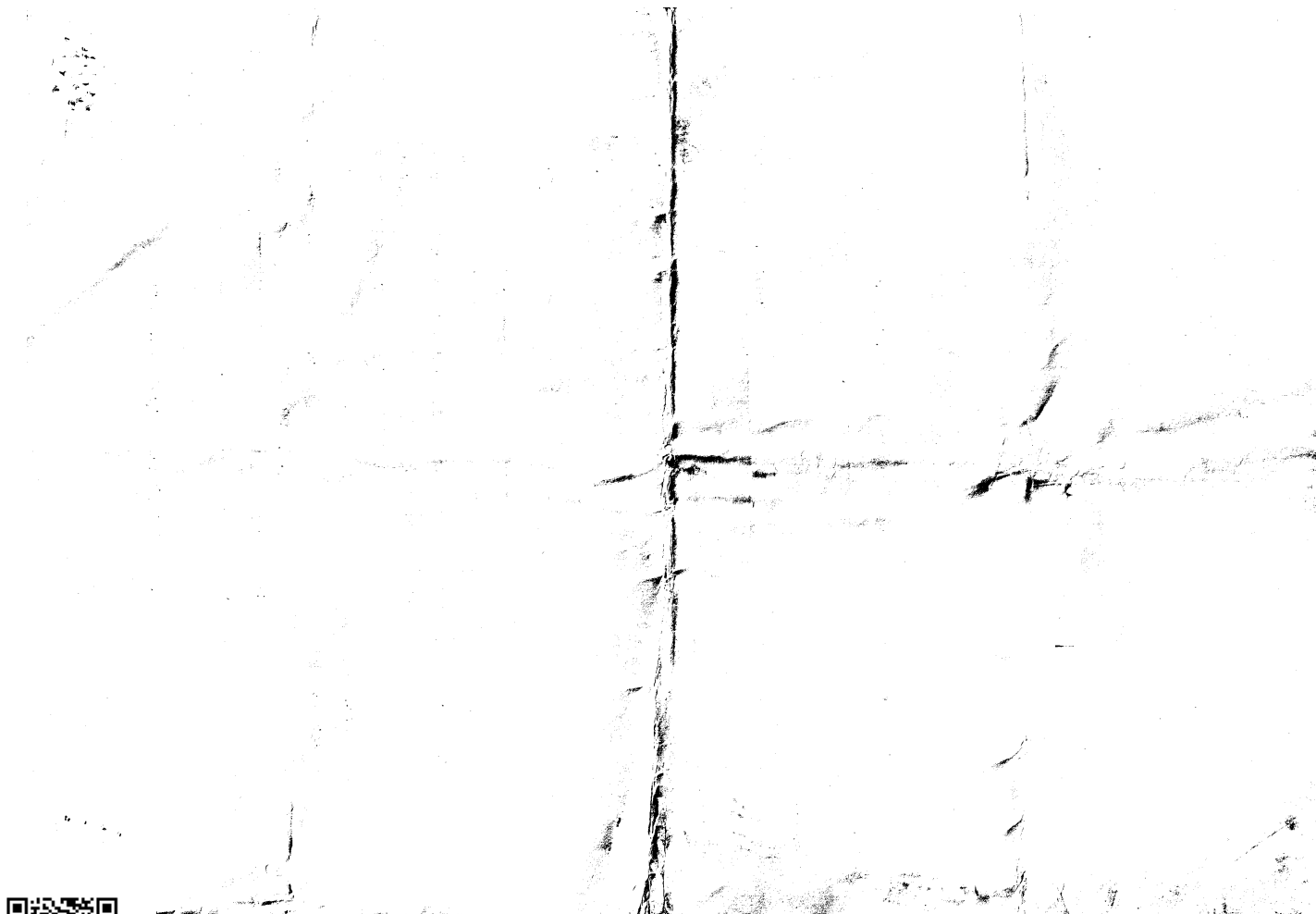
Ynaira

Selo Digital: AN-01404-75T

1º de Janeiro de 2013

1º de Janeiro de 2013





SINISTRO 3160244869 - Resultado de consulta por beneficiário**VÍTIMA** INACIO FONSECA DE ARAUJO**COBERTURA** Invalidez**SEGURADORA RESPONSÁVEL PELO SINISTRO** SEGURADORA LIDER DPVAT -
OPERAÇÃO CORREIOS**BENEFICIÁRIO** INACIO FONSECA DE ARAUJO**CPF/CNPJ:** 99614235420**Posição em 20-07-2016 12:36:06**

Pendente de realização de perícia médica, etapa que mantém interrompido o prazo de 30 dias para emissão do parecer final sobre o pagamento, conforme carta enviada ao beneficiário.

Comparecer em:

DADOS DA PERÍCIA

Data do agendamento: 26/07/2016

Tipo de local: Clínica

Nome do local: Ricardo Amorim Guedes Filho às 15:00h

ENDEREÇO

Logradouro: Avenida Dom Pedro II

Número: 429

Complemento:

Bairro: Prata

Município: Campina Grande

UF: PB

Telefone: ()

Celular: ()

* REFERENCIA: APÓS A INTEGRAÇÃO DE ONIBUS
NO AQUISIÇÃO EM CG



SINISTRO 3160244869 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA INACIO FONSECA DE ARAUJO

COBERTURA Invalidez

SEGURADORA RESPONSÁVEL PELO SINISTRO SEGURADORA LIDER DPVAT -
OPERAÇÃO CORREIOS

BENEFICIÁRIO INACIO FONSECA DE ARAUJO

CPF/CNPJ: 99614235420

Posição em 25-07-2016 15:53:02

Pendente de realização de perícia médica, etapa que mantém interrompido o prazo de 30 dias para emissão do parecer final sobre o pagamento, conforme carta enviada ao beneficiário.

Comparecer em:

DADOS DA PERÍCIA

Data do agendamento: 02/08/2016

Tipo de local: Clínica

Nome do local: Ricardo Amorim Guedes Filho às 15:00h

ENDEREÇO

Logradouro: Avenida Dom Pedro II

Número: 429

Complemento:

Bairro: Prata

Município: Campina Grande

UF: PB



Rio de Janeiro, 01 de Março de 2017

Carta nº 10587980

A/C: INACIO FONSECA DE ARAUJO

Sinistro/Aviso Sinistro Líder: 3160244869 ASL-0844348/16
Vítima: INACIO FONSECA DE ARAUJO
Data Acidente: 15/02/2016
Natureza: INVALIDEZ
Procurador:

Ref.: REPROGRAMAÇÃO DE PAGAMENTO

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que consta em nossos registros rejeição da instituição bancária, devido aos dados bancários informados serem inconsistentes. Assim sendo, solicitamos esclarecimentos para regularização do impedimento, sendo necessário apresentação de novo formulário de Autorização de Pagamento preenchido e assinado e comprovante bancário atualizado.

Solicitamos que os documentos e/ou esclarecimentos sejam apresentados à **COMPREV SEGURADORA S/A** onde o aviso de sinistro foi registrado.

Em caso de dúvida, entre em contato conosco pelo SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site www.seguradoralider.com.br.

Atenciosamente.

Seguradora Líder-DPVAT



PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO
SEGURADORA LIDER DPVAT - OPERAÇÃO CORREIOS
BENEFICIÁRIO INACIO FONSECA DE ARAUJO
CPF/CNPJ: 99614235420

Posição em 30-04-2018 10:17:24

Seu pedido de indenização foi concluído com a liberação do pagamento na conta indicada pelo beneficiário.

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
19/04/2017	R\$ 3.375,00	R\$ 0,00	R\$ 3.375,00

Histórico das correspondências enviadas		
Data da Carta	Referência	Ver Carta
27/04/2017	Pagamento de Indenização, com memória de cálculo de invalidez	
02/03/2017	Reprogramação de pagamento	
14/02/2017	Interrupção de Prazo	
19/11/2016	Exigência Documental	
11/10/2016	Exigência Documental	
19/07/2016	Interrupção de Prazo	
22/04/2016	Exigência Documental	
22/04/2016	Aviso de Sinistro	

ACESSIBILIDADE



(/Pages/Acessibilidade.aspx)



(/Pages/Atalhos-de-Teclado.aspx)

A A A

COMO PEDIR INDENIZAÇÃO



w.seguradoralider.com.br/Seguro-DPVAT/Acompanhe-o-Processo

2/4



Assinado eletronicamente por: MARCELO DANTAS LOPES - 01/05/2018 22:47:23
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18050122461760100000013650207
Número do documento: 18050122461760100000013650207

Num. 13980517 - Pág. 9

Nome: INACIO FONSECA DE ARAUJO
Idade: 54 anos

Data do exame: 06/02/2018 11h20
Data de nascimento: 25/01/1964

RADIOGRAFIA DA PERNA DIREITA

INDICAÇÃO: Fratura há 2 anos.

TÉCNICA: Exame obtido nas incidências AP e perfil.

ANÁLISE:

Fratura oblíqua não consolidada na diáfise proximal da tíbia, sem desalinhamento significativo dos fragmentos.


Fratura transversa não consolidada na diáfise proximal da fíbula, com angulação dos fragmentos.

Relações articulares conservadas.

Partes moles sem alterações.

IMPRESSÃO DIAGNÓSTICA:

Fraturas não consolidadas na diáfise proximal da tíbia e da fíbula, sugerindo pseudoatrose.


Dra. Milena Veiga
Médico Radiologista
CRM 9117 PB



CERTIDÃO

Certifico que não existe processo tramitando ou que tenha tramitado em nome das partes do processo. É o que havia a certificar. Dou fé.





Poder Judiciário da Paraíba
Vara Única de Taperoá

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0800203-26.2018.8.15.0091

DESPACHO

Intime-se o autor, por seu advogado, para em 15 dias emendar a inicial e juntar aos autos cópias dos documentos pessoais do autor (RG e CPF), sob pena de aplicação do § único, art. 321 do CPP.

Cumpra-se.

TAPEROÁ, 5 de novembro de 2019.

Juiz(a) de Direito





Poder Judiciário da Paraíba

Vara Única de Taperoá

R JOÃO SUASSUNA, S/N, CENTRO, TAPEROÁ - PB - CEP: 58680-000

Número do Processo: 0800203-26.2018.8.15.0091

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Assunto: [Acidente de Trânsito]

Polo ativo: AUTOR: INACIO FONSECA DE ARAUJO

Polo passivo: REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO

Certifico que decorreu o prazo estabelecido no despacho de ID **25913355** sem manifestação da parte.

TAPEROÁ, 6 de maio de 2020

ADRIANA DIAS FARIAS



Assinado eletronicamente por: ADRIANA DIAS FARIAS - 06/05/2020 19:25:19

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20050619251974800000029246660>

Número do documento: 20050619251974800000029246660



**Poder Judiciário da Paraíba
Vara Única de Taperoá**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0800203-26.2018.8.15.0091

[Acidente de Trânsito]

AUTOR: INACIO FONSECA DE ARAUJO

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

SENTENÇA

Trata-se de Ação Ordinária ajuizada por **INACIO FONSECA DE ARAUJO**, qualificado (a) nos autos, em face dos **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT**, pelos motivos narrados na exordial.

Juntou documentos.

Constatados os defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento, a parte demandante foi instada a emendar a petição inicial, ID nº 25913355.

Devidamente intimada, a parte autora ficou-se inerte, ID nº 30443745.

É o relatório. DECIDO.

A presente ação foi proposta contendo irregularidade impeditiva da resolução do mérito. Em despacho de ID nº 25913355 foi requerido a emenda a inicial, nos pontos ali listados, no prazo de 15 dias, conforme preceitua o art. 321 do CPC.

Contudo, a demandante manteve-se inerte.

Ora, se a parte promovente sequer solicitou dilação no prazo que lhe foi dado para a emenda, sujeitou-se, por conseguinte, ao indeferimento da petição inicial (art. 321, *caput*, e parágrafo único do CPC).

Ante o exposto, **INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL**, com base no art. 321, parágrafo único, do CPC, e, assim, **EXTINGO** o processo sem exame do mérito, na forma do art. 485, I, do CPC.

Sem custas.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Transitada em julgado, cumpridas as formalidades legais e nada sendo requerido, **ARQUIVEM-SE**.

Taperoá-PB, data e assinatura eletrônicas.

Juiz(a) de Direito